



TEMA: *Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.*

Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017

A FORMAÇÃO INICIAL PELO PARFOR/UNIFESSPA – UMA ANÁLISE DO PERFIL DE ESTUDANTES

Frederico Oliveira da Silva¹ - Unifesspa
Jamylla Teixeira Leite² - Unifesspa
Ana Clédina Rodrigues Gomes³ – Unifesspa

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Ciências Humanas

1. INTRODUÇÃO

Em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB nº 9.394) foi conferida, em seu Art. 62 já enfatizava que a formação de professores para atuar na educação básica deveria se dar em nível superior, o que se mostrou como uma evolução, visto que no Brasil os primeiros cursos de nível superior para formação de professores surgem somente a partir da década de 1930, com a criação do Instituto de Educação na Universidade de São Paulo, viabilizando a criação dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas.

No ano em que a LDB foi lançada, ou seja, em 1996, o Censo Escolar indicava que do total de funções docentes atuando na educação básica no Brasil, apenas 52% possuíam nível superior completo. O último Censo Escolar, aferido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2016, aponta que hoje 22,5% dos professores que atuam na educação básica não possuem curso superior.

Podemos considerar tal avanço, porém a necessidade de políticas de formação de professores ainda é um fato preeminente no Brasil. Ou seja, contando-se que há duas décadas as políticas de formação deveriam cumprir sua meta, considerando o que prega a LDB, nota-se que as ações implementadas em função da qualificação e profissionalização docente ainda não foram suficientes para garantir a qualidade da formação de professores que atuam na educação básica.

Trazendo a realidade do estado do Pará, o qual apresenta um dos piores índices em termos educacionais, apresentados por avaliações externas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (SAEB), em relação às funções docentes para a educação básica, vale lembrar que segundo o Censo Escolar de 2016, no estado do Pará 84.228 professores atuam na Educação Básica, dos quais 63% possuem nível superior, 37% possuem até o Ensino Médio, sendo que 277 professores ainda possuem apenas o Ensino Fundamental. Dos docentes que possuem Ensino Superior, 3,3% não possuem licenciatura.

Verificando as especificidades da formação entre as modalidades de ensino nas quais atuam os professores no estado do Pará, verificamos que 53% dos professores que atuam em creches não possuem licenciatura; na pré-escola esse percentual vai para 56%; o ensino fundamental paraense apresenta um quadro um pouco melhor que o da Educação Infantil, todavia os dados ainda são preocupantes, pois 44% de professores sem licenciatura estão atuando nos anos iniciais, o que não é nada animador.

¹ Discente de Pedagogia, FACED, ICH e Unifesspa, fredcarvalho@unifesspa.edu.br.

² Discente de Letras – Língua Portuguesa, FAEL, ILLA e Unifesspa, jamylla96@unifesspa.edu.br.

³ Doutora em Educação Matemática pela PUC/SP. Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Projeto de Intervenção Metodológica - PAPIM. E-mail: ana.cledina@unifesspa.edu.br.



TEMA: Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.

Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017

Já nos anos finais do ensino fundamental esse quadro começa a dar indícios de melhoria, apenas 34% dos professores não possuem formação adequada; e no ensino médio 9,6% dos professores necessitam do curso de nível superior. No entanto, do total desses professores com nível superior, 4,2% não possuem licenciatura.

Como se pode perceber os dados relacionados à formação de professores que atuam na educação básica no Estado do Pará é bastante grave. Um quadro que pode estar associado a tal precariedade diz respeito ao tipo de vínculo dos docentes com os sistemas de ensino. No Estado do Pará, de acordo com o Censo de 2016, do total de professores atuantes na Educação Básica, apenas 65% apresentavam vínculo efetivo com a secretaria de educação, sendo predominante os casos de Contrato Temporário.

Em relação a esses dados, Souza (2014) faz lembrar do contexto histórico vivenciado no Brasil na década de 1970, quando a lei nº 5.692 previa a contratação de professores leigos para atuar nos sistemas educacionais, como:

[...] predomínio de práticas clientelistas características do campo da educação no interior do Brasil. [...] Com isso, tem-se um contingente considerável de professores da educação básica sem a qualificação necessária, a desvalorização da profissão em virtude dos baixos salários e do baixo reconhecimento social, [...]. (SOUZA, 2014, p. 636)

A situação de contratação de professores, que se inscreve na esfera das decisões políticas dos estados e municípios, interfere diretamente nos resultados alcançados pelos programas de formação e qualidade do ensino, uma vez que com o regime de contrato temporário a rotatividade dos docentes impede a formação de forma sistemática, interfere nas avaliações externas e desestabiliza a própria dinâmica pedagógica das escolas, gerando um infinito ciclo de formação inicial, visto que os índices que apontam a carência nesse tipo de formação dificilmente diminuirão se essa estrutura não for modificada, o que impacta no desvio de investimentos que poderiam se concentrar na formação continuada dos professores.

Quanto a tais questões, Freitas (2002) enfatiza que a má qualidade da formação de professores é um dos fatores que contribuem para a degradação e desvalorização da educação e da profissão docente em nosso país. A autora chama a atenção para a qualidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, quando já estamos há quase 90 décadas de história de formação docente no Brasil e ainda reivindicamos a exigência da formação mínima para profissionais do magistério, sendo que a própria lei atual que rege a educação brasileira ainda admite o ensino médio, sabendo-se que os cursos técnicos dedicados a formação de professores começaram a ser extintos há 20 anos, com a própria LDB.

Diante de tal contexto, vislumbrou-se a necessidade de observar a formação inicial de professores realizada pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), atualmente o maior programa de formação inicial de professores da educação básica, que segundo a Diretoria de Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2016 possuía 2.861 turmas implantadas no Brasil e que no Estado do Pará tem o maior número de professores participantes do Programa.

A política de formação para esses professores foi implantada por meio do Parfor no ano de 2009 no Estado, e conta com a participação das seis instituições de ensino superior públicas do Estado do Pará, a saber a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA) e a Universidade Estadual do Pará (UEPA).

A Unifesspa foi a última instituição a fazer parte do Programa, uma vez que tal instituição foi criada em 2013. Em 2014 firmou convênio junto. Capes e em 2016 iniciou as primeiras turmas nos cursos de Pedagogia, Matemática e Letras-Língua Portuguesa.

O estudo realizado teve por objetivo identificar o perfil dos professores/estudantes que ingressaram nos cursos de licenciatura realizados pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica



TEMA: Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.

Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017

(Parfor) da Unifesspa e as necessidades de ajustes na gestão do programa, seja no âmbito da própria Universidade ou dos sistemas educacionais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica utilizada neste estudo consiste no aspecto quanti-qualitativo, uma vez que são apontados dados que visam compreender e interpretar situações envolvendo alunos(as) integrantes de cursos de licenciatura realizados pelo Parfor/Unifesspa. A coleta de dados se deu por meio do preenchimento de questionários por professores dos três cursos realizados por meio do Parfor/Unifesspa, iniciados em julho do ano de 2016, sendo que o questionário apresentava perguntas relativas ao perfil dos professores/estudantes, suas experiências profissionais e forma de ingresso no programa, buscando-se empreender análises baseadas a partir de suas respostas.

Os questionários foram enviados por e-mail para 26 professores de um universo de 102 estudantes que frequentam os cursos. O critério da escolha dos respondentes foi o contato prévio com tais sujeitos para explicar do que se tratava a atividade. Ressalta-se que esses professores em sua maioria residem na zona rural, onde comunicação é bastante difícil via telefone ou através da internet e considerando ainda que a pesquisa foi realizada fora do período letivo, quando esses professores retornam para seus locais de trabalho e/ou residência. Realizou-se intensamente a mobilização dos respectivos sujeitos através de redes sociais frequentemente utilizadas por eles, como *Whatsapp*, para que fosse possível obter o máximo de respostas. Contudo, apesar de tal mobilização, dos 26 questionários enviados apenas 12 professores devolveram o documento preenchido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos questionários verificamos que todos os professores têm pelo menos quatro anos de experiência no magistério da educação básica, sendo que 42% dos respondentes possuem mais de 15 anos de experiência. Das disciplinas que citaram ter mais experiência, todos afirmaram já ter lecionado Língua Portuguesa e Matemática e 67% afirmaram ter lecionado todas as disciplinas.

O dado revela o grau de experiência em ensino esses professores possuem, o que remete à necessidade de realização de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de formação específicos e que considerem seus saberes relativos à escola. Observa-se que no caso dos cursos realizados pela Unifesspa, uma das exigências foi a elaboração de PPC específico para o Programa, todavia, notamos que muitos professores/formadores apresentam bastante dificuldade na execução desses planos devido sua experiência se dar mais com estudantes inexperientes nas turmas de formação inicial.

Ao iniciar o curso todos os professores/estudantes possuíam vínculo com o sistema municipal de educação, o qual, segundo diretrizes do Parfor (CAPES, 2017) deve ser o órgão responsável pela indicação de professores de acordo com as necessidades de formação. Todavia, 50% dos respondentes afirmaram que sua indicação se deu pela escola a que estavam vinculados ou por conta própria.

Vale ressaltar que no ano de 2014 as inscrições de professores para fazer parte do Programa, se deram por meio da Plataforma Freire, um sistema aberto para inscrições aleatórias de professores, as quais seriam analisadas posteriormente pelas suas respectivas secretarias de educação as quais fariam a validação da inscrição com base na necessidade de formação e capacidade de apoio do sistema para viabilização do curso pelo professor.

Os dados também indicaram que 50% dos respondentes já possuem curso de licenciatura, realizados em área diferente do curso em andamento, o que condiz com um dos objetivos do Parfor que é proporcionar formação na área de atuação do professor, uma vez que em vários casos o professor precisa assumir disciplinas fora de sua área de conhecimento pela carência de professores especialistas na escola. Todavia, a amostra



TEMA: Os programas institucionais do ensino de graduação como propulsores de uma nova cultura acadêmica.

Unifesspa – 14 e 15 de setembro de 2017

aponta que dos professores que já possuem curso de formação inicial, todos realizaram cursos de licenciatura e dois professores já tinham realizado curso de especialização.

O caso identificado deixa evidente que esses professores poderiam creditar as disciplinas pedagógicas já cursadas, abreviando assim o tempo de formação, o que dá indício da necessidade para esses perfis docentes de um outro formato de programa ou curso, no entanto, não há um esclarecimento adequado sobre a configuração do programa para esses professores e o órgão responsável pela sua gestão, ou seja, a Capes, por sua vez, necessita dessas informações para realizar adequações.

As próprias secretarias de educação, ao indicarem seus professores para formação inicial não os informam sobre do que se trata essa ação. É o que fica evidenciado quando metade dos respondentes afirmam que foram indicados para realizar o curso pelo reconhecimento de seu trabalho na escola. Ou seja, os professores não reconhecem sua necessidade de formação mas associam o fato de terem que realizar o curso superior em uma universidade pública, vista como de difícil acesso ou como aquelas que promovem as melhores formações a um prêmio, um mérito pelo seu trabalho.

Os dados indicam que não houve o devido diálogo entre os gestores municipais e os professores, o que denuncia o distanciamento nos sistemas de ensino entre aqueles que fazem a gestão da educação pública e os professores, vistos nesse caso como meros cumpridores de funções, lhes retirando o direito de serem sujeitos do processo e não objetos manipuláveis, prevalecendo-se da ingenuidade desses profissionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta importantes caminhos tanto na gestão do programa no âmbito da Unifesspa como para a reconfiguração de ações realizadas pelos sistemas municipais e pela própria Capes. No âmbito das secretarias municipais de educação, o estudo aponta a má gestão pública da educação, implica na necessidade de uma ação incisiva não apenas sobre a formação inicial mas também na permanência e valorização dos professores na redes de ensino, inclusive com a garantia de melhoria da carreira, contribuindo assim para o enfrentamento dos terríveis índices educacionais, que insistem em colocar o Estado do Pará como o pior em termos de formação de professores no âmbito da educação básica.

O estudo proporcionou obter uma visão bem mais ampla sobre os problemas que impedem um melhor funcionamento do programa, o que pode vir a contribuir para melhorar a estrutura educacional do Brasil, em especial do Estado do Pará.

5. REFERÊNCIAS (De acordo com a NBR 6023\2002).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº - 82, de 17 de abril de 2017.** Diário Oficial da União, Seção I. Nº 76, quinta-feira, 20 de abril de 2017 CAPES INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica/2016. INEP/MEC.. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: mar. 2017.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.

SOUZA, Valdinei Costa. **Política de formação de professores para a educação básica.** Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 58 jul.-set. 2014.